

A LITERATURA FEMININA NO PERÍODO PÓS-COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DAS OBRAS DE ODETE SEMEDO

WOMEN'S LITERATURE IN THE POST-COLONIAL PERIOD IN GUINEA- BISSAU: AN ANALYSIS OF THE WORKS OF ODETE SEMEDO

FLÁVIA DA SILVA ALVES¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
<https://orcid.org/0000-0001-6978-3355>
flaviasalves3@gmail.com

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
<https://orcid.org/0000-0002-2061-9391>
alexandre.timbane@unilab.edu.br

RESUMO: As literaturas africanas de língua portuguesa são complexas, revestem-se de nuances baseadas nas culturas e tradições que carregam a identidade sociocultural dos povos originários. A literatura se constrói na base da arte da oralitura, que é a base da transmissão das regras de ser e de estar em sociedade. A pesquisa tem como objetivo geral compreender a historiografia feminina da literatura guineense no período pós-colonial. Especificamente, a pesquisa descreve o processo de colonização e resistência da África; diferencia a literatura colonial da literatura africana; e caracteriza a literatura guineense enfatizando a escritora feminista Odete Semedo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, baseada em materiais já publicados sobre a temática. Assim, os dados coletados foram organizados e definidos com base nas teorias estudadas. Da pesquisa se concluiu que as literaturas africanas de língua portuguesa surgiram a partir da década de 40, em perspectiva anticolonialista e identitária. No período pós-colonial, na Guiné-Bissau, despontou a figura da Maria Odete da Costa Soares Semedo, feminista, política, poetisa, romancista que teve grande contribuição na poesia tradicionalista que parte da oratura para a literatura. Há marcas permanentes das

¹ Especialista em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

² Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela Unesp Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialectologia, com enfoque na variação e mudança lexical do português (Estudos do Léxico), Contato Linguístico e Línguas Bantu moçambicanas. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Campus dos Malês, Bahia

tradições, da cultura, com o uso do crioulo como uma língua que se cruza com a língua portuguesa, que é a língua da redação dos textos. Para além disso, há presença forte do feminismo, que afirma a identidade guineense.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura africana; Literatura guineense; Literatura pós-colonial.

ABSTRACT: The Portuguese-speaking African literatures are complex, taking on nuances based on the cultures and traditions that carry the sociocultural identity of the native peoples. Literature is built on the basis of an art of orality, which is the basis for transmitting the rules of being in society. The research aims to understand the female historiography of Guinean literature in the post-colonial period. Specifically, the research describes the process of colonization and resistance in Africa; differentiates colonial literature from African literature and characterizes Guinean's literature emphasizing the feminist writer Odete Semedo. This is a qualitative, descriptive research based on materials already published on the subject. Thus, the data collected were organized and defined based on the theories studied. From the research it was concluded that African literatures in Portuguese language emerged from the 40's, in an anti-colonialist and identity perspective. In the post-colonial period, in Guinea-Bissau, the figure of Maria Odete da Costa Soares Semedo emerged, a feminist, politician, poet, novelist who had a great contribution in traditionalist poetry that starts from orature for literature. There are permanent marks of traditions, of culture, with the use of Creole as a language that intersects with the Portuguese language, which is the language of the writing of the texts. In addition, there is a strong presence of feminism that affirms guinean identity.

KEYWORDS: African literature; Guinean literature; Postcolonial literature.

INTRODUÇÃO

O continente africano foi, durante muitos anos, associado apenas a um “país”, como se fosse homogêneo, o que erroneamente foi perpetuado por muitos séculos. Hoje, a África é composta por 54 países, com diversas culturas, línguas nativas, religiões, tribos, entre outros. É um continente rico em diversidades, negando o estereótipo apresentado pelas colônias na História da África, com seus espaços regionais em desenvolvimento, cada uma com sua historicidade, para além de ser o “berço da humanidade”. Segundo Mazrui (2010), os países africanos tiveram colonizações devastadoras, sendo que o seu povo lutou contra a colonização de várias formas, opondo-se à colonização e à exploração das riquezas naturais e, sobretudo, à colonização humana (escravização). Outra forma de colonização foi a ideológica, na qual a cultura europeia era a cultura modelo comparativamente à cultura autóctone. As línguas europeias passaram a ser obrigatoriamente ensinadas nas escolas, e as línguas autóctones ficaram proibidas.

Para o alcance das independências, os africanos tiveram que criar movimentos armados para a libertação do jugo colonial. Podem-se citar exemplos: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, liderado por Agostinho Neto; Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundado em 1962, liderado por Eduardo Chivambo Mondlane; Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956 e liderado por Amílcar Cabral; Comitê pela libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), fundado em 1960 e liderado por Aurélio Martino.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, em Lisboa, existiu a Casa dos Estudantes do Império (CEI), onde surgiram os movimentos político-literários que visavam à valorização das literaturas de seus países, sendo a escrita (contos, poemas, músicas e outras formas de expressão) a arma de luta e de conscientização da revolta contra o colonialismo. Desta forma, vários escritores e escritoras africanos, em seus respectivos países, escreveram sobre o valor das suas culturas e a importância das tradições, buscando as identidades aniquiladas pelo sistema colonial. Na literatura guineense, surgiram nomes como Tony Tcheka, Abdulai Silá, Vasco Cabral, Odete Semedo, entre outros.

Com base nessas discussões, surgiu o problema norteador da pesquisa: “Qual a historiografia feminina na literatura bissau-guineense no período pós-colonial?”. Assim, o objetivo geral é de compreender a historiografia feminina na literatura bissau-guineense no período pós-colonial. Os objetivos específicos são: descrever o processo de colonização e resistência da África; diferenciar a literatura colonial e a literatura africana; e caracterizar a literatura guineense enfatizando a escritora Odete Semedo. O estudo constitui-se de uma abordagem qualitativa, quanto aos objetivos, utilizando a obra como material de análise. Buscou-se informações em materiais de estudo já publicados sobre a temática e, ainda, utilizou-se o método da triangulação de dados qualitativos analisando e debatendo ideias que se sustentam em teorias literárias.

Esta pesquisa justifica-se pela importância que a literatura africana tem na construção de identidades socioculturais presentes na literatura guineense como símbolo de resistência contra os colonizadores. No período colonial, era negada à população tradicional as suas crenças, músicas, vestimentas e a cultura de forma geral, sendo incorporada e obrigatória a cultura europeia, que não abrangia a identidade e a valorização cultural africana.

A sociedade ainda propaga a diferenciação de gênero em vários setores, destacando aqui na literatura que até no pós-colonial poucas escritoras eram reconhecidas. Para esta análise escolheu-se oferecer

visibilidade, na literatura guineense, à escritora Odete Semedo, que transformou o seu papel social estabelecido, tornando-se uma escritora intelectual em contexto de África global.

Mesmo com a Lei de obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645/2008 e Lei nº 10.639/2003), a busca pela mulher como figura importante ainda é pouco abordada por questões de machismo que circundam as ideologias brasileira, africana e mundial. Assim, esta pesquisa visa contribuir para a visibilidade da literatura africana, em especial da literatura guineense, rompendo com os estereótipos existentes em relação à África, desconstruindo a história única (visão eurocêntrica), incentivando a leitura de autores e apresentando novas perspectivas do povo africano, inclusive no contexto acadêmico, e, finalmente, ampliando as discussões nos campos científico e acadêmico.

DEBATES SÓCIO-HISTÓRICOS, A COLONIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA COLONIAL AFRICANA

O continente africano começou a sofrer transformações territoriais a partir de 1884 e 1885, na Conferência de Berlim, evento que visava partilhar a África. As principais potências imperialistas europeias foram: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal. “De 1880 a 1914, toda a África ocidental se acha colonizada, com exceção da Libéria” (GUEYE; BOAHEN, 2010, p. 129). Os portugueses conseguiram dominar Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau (UZOIGWE, 2010).

Esse processo “era claramente irreversível, também era altamente resistível” (RANGER, 2010, p. 51). Irreversível, por conta do desenvolvimento que foi levado junto com a ocupação europeia, mesmo com grandes consequências. Resistível, pois os africanos não aceitaram a invasão dos europeus, não foi uma colonização pacífica, tal como muitos historiadores eurocentrados abordavam.

A África não era um lugar sem civilização, sem organização social, sem história, sem cultura e sem urbanização, como muitos colonizadores justificavam sua invasão, como se fosse necessário que os europeus criassem sociedades nesse território, sendo símbolo de progresso e da modernização. Segundo Cá (2011, p. 219) “o não civilizado era tratado como um objeto e deixado à mercê dos caprichos da administração colonial e dos colonos [...]”.

Antes da colonização, já existiam reis, rainhas e chefes que comandavam/orientavam seus impérios e comunidades, como afirma Boahen (2010, p. 3): “até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs [...]”. De certa forma, os conhecimentos da tradição oral, segundo Namone e Timbane (2018), eram transmitidos pela oralitura e não tinham preocupação com a escrita.

A dominação portuguesa foi efetuada por meio da administração, sendo que utilizava a política colonial, chamada de “política indígena”. Esse termo indígena também era usado para denominar os africanos. O poder colonial, segundo Betts (2010, p. 353), “não estaria efetivamente assegurado senão com ajuda do pessoal e das instituições autóctones, desempenhando uma função complementar ou auxiliar”. A presença dos europeus, na visão eurocêntrica, justificava-se pela ausência de desenvolvimento social e econômico na África e que, portanto, havia necessidade de fomentar o progresso e modernização. Tudo isso não passava de um desconhecimento da África e da organização do povo. Segundo Albert Sarraut, ministro francês, a colonização da África “garantia o crescimento econômico e o desenvolvimento humano de suas colônias” (SARRAUT, 1923, p. 19 *apud* BETTS, 2010, p. 355).

As declarações só confirmavam o espírito paternalista que os colonizadores possuíam a respeito da África, sendo um empreendimento colonial. Por serem nações desenvolvidas, despertavam o interesse de uma civilização superior, um sentimento de superioridade cultural e racial. Nesse período os africanos eram chamados de *crianças grandes* ou não adultos, para afirmar a inferioridade da população africana. Conseqüentemente, surgiu a política de segregação, que definia as *raças* em relação à superioridade e à inferioridade. Os objetivos da colonização eram de “manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra, primeiro para transporte de cargas e depois para construção de estradas e ferrovias, mas também para fins comerciais” (BETTS, 2010, p. 366). Foram feitas reformas no sistema judiciário, sistema de tribunais, sobre o trabalho forçado e impostos, assim como o estatuto do indigenato. De acordo com Betts (2010, p. 369), “o sistema tributário foi o que mais contribuiu para a burocratização da administração colonial”.

O sistema colonial deixou várias conseqüências negativas aos países africanos, “a religião foi efetivamente uma das armas empregadas pelo colonialismo” (BOAHEN, 2010, p. 6). Os colonizadores chegaram apenas para suprir seus interesses pessoais, suas ambições políticas, necessidades econômicas de

suas metrópoles, de sua população, para explorar as riquezas e recursos existentes sem pensar nas consequências de suas ações em relação à população africana. Na visão colonial portuguesa, os países africanos eram “oficialmente considerados ‘províncias portuguesas’ desde 1930, [...] carregavam os estigmas do mais atrasado colonialismo; atrás de uma fachada ‘assimilacionista’ se dissimulava a mais brutal discriminação” (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 219).

Além da exploração dos recursos naturais, os colonizadores acabaram por proibir muitas práticas da cultura africana de forma geral, como vestimentas, língua, religião, costumes, tradições etc., sendo tudo modificado, proibido ou rejeitado. Portanto, incorporadas e obrigadas a seguirem influências europeias, algumas comunidades conseguiram conciliar a modernização imposta à sua cultura. Sendo assim, “frustrado nas suas aspirações, o assimilado tentava readquirir a sua identidade, o que apenas podia conseguir regressando às massas de que se havia separado” (CÁ, 2011, p. 220).

Afigbo (2010, p. 569) ainda afirma: “administração colonial via a mudança como a única possibilidade de modernização da África”, estimulando o sentimento de inferioridade cultural nos africanos. A partir de 1935, os africanos começaram a despertar o nacionalismo político, movimento nacionalista africano, por conta da imposição do sistema colonial, dando início às lutas pela independência. Os africanos tentaram resistir à colonização, sem obter muito sucesso devido à falta de armamento bélico, o que fez com que entre 1880 e 1935 os colonos conseguissem instalar o sistema colonial.

Sendo assim, alguns líderes africanos se aliaram ao colonizador, outros foram amigáveis ou pacíficos ao processo da colonização. Sempre houve preocupação por parte da maioria dos grupos étnicos na África. “Para o africano, o que estava em jogo, na verdade, não era esta ou aquela vantagem a curto ou ao longo prazo, mas sua terra e sua soberania” (BOAHEN, 2010, p. 11). As resistências africanas, por muito tempo foram invisibilizadas, como se fossem ações sem importância durante o período colonial. Mas elas também fizeram parte da história do continente africano, do período colonial, em que muitos africanos morreram nas lutas. Muitos impérios e tribos foram destruídos, muitos reis e chefes foram mortos, na tentativa de luta pelas independências dos seus países.

A resistência contra o colonialismo era uma reação popular contra as decisões dos europeus, a soberania, a dominação europeia e pela independência de seus Estados. Desta forma, “[...] ser colonizado é ser excluído da história [...]. De um dia para outro, os Estados políticos africanos perderam o poder, a

independência e a razão de ser” (RODNEY, 1972, p. 245-246 *apud* RANGER, 2010, p. 55). Complementando, Ajayi apresenta que

[...] o aspecto mais importante do impacto europeu foi a alienação da soberania [...]. Quando um povo perde sua soberania, ficando submetido a outra cultura, perde pelo menos um pouco de sua autoconfiança e dignidade; perde o direito de se autogovernar, a liberdade de escolher o que mudar em sua própria cultura ou o que adotar ou rejeitar da outra cultura. (AJAYI, 1968, p. 196-197 *apud* RANGER, 2010, p. 55)

A partir da consciência do nacionalismo africano começaram a surgir movimentos anticolonialistas, para a conquista das independências. Em cada país houve reações contra o colonialismo europeu. No tocante às reações dos africanos, “eles não negligenciaram nenhuma das possibilidades que se lhes ofereciam: a submissão, a aliança e o confronto” (GUEYE; BOAHEN, 2010, p. 130), e resistiram como puderam contra os colonos. Algumas colônias da África Ocidental conseguiram retomar a sua soberania a partir da década de 60, com as últimas independências em 1973 e 1974, sendo quatro britânicas – a primeira foi Costa do Ouro –, nove francesas – a Guiné foi a primeira, em 1958 –, e portuguesas, as últimas foram Cabo Verde e Guiné-Bissau (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010).

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são compostos por cinco países: Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau teve sua independência em 1973, que só foi reconhecida em 10 de setembro de 1974; “o país passou por vários momentos difíceis desde que se tornou independente de Portugal em 24 de setembro de 1973 por meio de uma guerra armada que durou onze anos” (OLIVEIRA, 2020, p. 2). Teve como líder Amílcar Cabral, que foi assassinado um ano antes da Independência.

ANÁLISE DAS LITERATURAS COLONIAL X PÓS-COLONIAL

Toda a oratura, segundo Intipe e Timbane (2019), não tem autoria e suas características contrariam os princípios da literatura, na qual cada escritor se identifica nominalmente e assume os textos inventados. A oratura possui caráter popular e exige a presença física dos ouvintes. Na Guiné-Bissau há que valorizar a

mandjuandadi, que tem sido utilizada para as associações tradicionais bem organizadas e duradouras, assim sendo, os participantes desta comunidade designam uns aos outros de *mandjua* (INTIPE, TIMBANE, 2019, p. 41).

De acordo com Cá, Timbane e Manuel (2020), a política educacional colonial não pretendia oferecer uma educação “libertadora”, mas sim uma educação separatista, e que não leva em consideração o projeto emancipatório dos povos africanos. Isso retardou em grande medida a vida dos africanos, porque, por um lado, era proibido se formar pela educação tradicional e, por outro, não era oferecida essa “educação moderna”. Uma das “armas” muito utilizadas na luta contra o colonialismo na África foi a literatura, que se transformou num símbolo de resistência, de manifestação da consciência da luta e da valorização da identidade. Os escritores participaram dos movimentos de luta pela independência retratando em seus escritos a dor, a tristeza e o desejo pela liberdade.

De acordo com Ferreira (2001), literatura é a “arte de compor trabalhos artísticos em prosa ou verso; o conjunto de trabalhos literários dum país ou duma época” (FERREIRA, 2001, p. 461). Contrariamente à literatura africana, a ideologia colonial demonstrava que o branco ou o colono era entendido como o portador de valores culturais e civilizacionais superiores e “se tornava o herói mítico num espaço em que o negro era reprimido, coisificado, embora se lhe possa em certos casos conceder um estatuto paternalista” (FERREIRA, 1980, p. 39). O colonizador tinha uma ideologia de superioridade sobre os povos colonizados e considerava os nativos como sendo inferiores, merecendo ser oprimidos, humilhados na sua própria terra. Como afirma Ferreira (1980, p. 40) em seu texto: “o colonialismo, todos sabemos, é a negação do outro, em todos os aspectos”. Por essa razão, acabava por ditar normas, vivências, limitar o homem negro, o que deixava a cultura africana, que é tão rica, em vários aspectos, invisibilizada.

Já a literatura africana de língua portuguesa surgiu a partir de 1940, e segue a perspectiva nacional, anticolonialista e identitária. Assim, “a raiz do discurso desta literatura é na verdade o homem africano que não funciona já nos textos como por mero acidente, mas sim como entidade soberana, que de facto é, no seu mundo específico” (FERREIRA, 1980, p. 39). A partir da conscientização dos africanos, inicia-se a reivindicação dos direitos, por meio de literaturas, para expressar pensamentos, para criticar o poder colonizador, para combater o eurocentrismo, para valorizar a cultura negra, reconhecendo sua identidade

(demonstrando afirmação identitária). Essas obras literárias mostravam as belezas da terra África e revelavam a necessidade da libertação.

Por outro lado, as obras mostravam os anseios, os descontentamentos, as angústias, o cotidiano, as condições sociais, a esperança da libertação, entre outros. Nestes escritos, era possível identificar marcas de orgulho pelas tradições, principalmente mostrando a exaltação da cor da pele, que não era inferior à europeia (brancos). Esses movimentos de conscientização acabaram por impulsionar as lutas pela independência dos Países Africanos de Língua Portuguesa. As literaturas africanas de língua portuguesa passaram por algumas mudanças, no primeiro momento, pensando nos primórdios, na existência da cultura tradicional, em que predominava a transmissão oral (literatura oral). A tradição oral faz parte da vida dos africanos, em diversas culturas, e representa a memória viva da África. A historiografia colonialista mudou a visão que valorizava a cultura, as vivências, principalmente a tradição oral, passando a valorizar a cultura ocidental. A oralidade faz parte do cotidiano por várias gerações, em que os mais velhos são respeitados por ter maior tempo de vivência e por serem capazes de transmitir conhecimentos (NAMONE, TIMBANE, 2018).

Na tradição oral, é necessário o contato com os sábios, os mestres e os *griots* das culturas, pois esses são fundamentais, permitindo o fortalecimento da identidade e o aprofundamento das histórias (narrativas). Augel (2000, p. 8) explica que “a oralidade não é apenas um meio de expressão estética de uma sociedade ágrafa. É muito mais: é sobretudo a expressão de uma comunidade, na qual a vida grupal desempenha um papel sumamente importante”. Hampâte Bâ, em sua pesquisa, comparou as narrativas africanas e percebeu que pouca coisa se modificava entre as falas: “constatei que, no conjunto, meus mil informantes haviam respeitado a verdade dos fatos. A trama da narrativa era sempre a mesma” (BÂ, 2010, p. 207).

Pensando na oralidade, o poema é uma produção textual, uma forma de expressar o pensamento, de ter um discurso crítico, de reforçar a sua identidade; a escrita permite transcrever a história africana com base na tradição oral, permanecendo as memórias e tradições da África (INTIPE, TIMBANE, 2019). As produções textuais foram uma grande ferramenta de expressões, de mostrar a riqueza africana, como também a história da África, e, principalmente, de se opor ao colonizador. No poema podemos ter a visão da marca que o colonizador deixou para os povos colonizados. Sendo assim, “[...] nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração” (BÂ, 2010, p. 168).

Já no século XIX, em uma literatura proto-nacional (antes do nacional), o escritor, mesmo sendo africano, estava inserido na cultura europeia, seguindo os modelos europeus, no estado de alienação. Assim, “[...] é como se fora puro acidente os seus textos terem sido escritos em África, pois pode-lo-iam ter sido na Europa por qualquer escritor europeu ou não [...]” (FERREIRA, 1980, p. 42), o que se pode notar, por exemplo, na obra de José Lopes, poeta cabo-verdiano.

No segundo momento, levando em consideração ainda a literatura proto-nacional, apesar da alienação, os escritores demonstram um aspecto de regionalismo, “o discurso acusa já alguma influência do meio social, geográfico e cultural em que estão inseridos e a enunciação vive já dos primeiros sinais de sentimento nacional” (FERREIRA, 1980, p. 43), exemplificado na obra de Joaquim Cordeiro da Mata, poeta angolano.

No terceiro momento, da primeira metade do século XX até a independência (literatura anticolonial e identitária), o escritor possui uma consciência do seu papel de colonizado na sociedade, “os poemas têm inscrito no seu discurso o desejo de ‘movimento popular’, de liderança política e de organização social tendente à libertação independentista” (LARANJEIRA, 2009, p. 28), tal como Agostinho Neto, poeta angolano.

No quarto momento, já englobando o pós-independência, os escritores africanos utilizam a visão sobre o pós-independência, as lutas de libertação em sua escrita, consolidando a literatura nacional, tendo como exemplo Sérgio Vieira, poeta moçambicano. Desde a década de 40, surgiu o princípio/desejo da libertação nacional, por meio dos movimentos criados. Em 1950, surgiu o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, um movimento de poetas que tinham uma literatura de resistência, utilizavam a poesia social. Esse movimento sofreu repressão policial e os jovens desse movimento se reuniram mais tarde, no movimento político.

A seguir, apresentaremos nomes de alguns escritores da literatura africana de língua portuguesa: José Craveirinha, Noémia de Sousa, Paulina Chiziane, João Dias, Luís Bernardo Honwana, Francisco Esaú Khosa (Ungulani Ba Ka Khosa), António Emílio Leite Couto (Mia Couto), em Moçambique; Agostinho Neto, Arnaldo Santos, Boaventura Cardoso, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepelela), Ida Ferreira Pires Barreto de Lara Albuquerque (Alda Lara), Ana Paula Tavares, em Angola; Odete Semedo, Abdulai Silá, Tony Tcheka, Hélder Proença, Vasco Cabral, Patrícia Godinho, na Guiné-Bissau; Orlanda Amarílis, Dina Salústio

(Bernadina Oliveira), Jorge Barbosa, Ovídio Martin, Baltasar Lopes, em Cabo Verde; Maria da Conceição de Deus Lima (Conceição Lima), Maria Manuela Conceição Carvalho Margarido (Manuela Margarido), em São Tomé e Príncipe.

O LUGAR DA ODETE SEMEDO NA LITERATURA GUINEENSE: METODOLOGIA E ANÁLISES

Para obter os resultados desta pesquisa com base no problema proposto, o estudo seguiu uma abordagem qualitativa, por considerar “que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...]. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Contudo, é necessário um entendimento sobre os dados coletados. Quanto aos objetivos, a pesquisa é definida como uma pesquisa descritiva, porque “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2002, p. 42), caracterizando as informações de determinada realidade. Para tal, foi utilizada como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, que utiliza a escrita de materiais já publicados sobre o tema escolhido. A pesquisa bibliográfica também pode ser chamada de fonte secundária, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Ainda foi realizado o método da triangulação de dados, que tem por “objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138), assim, os dados coletados foram organizados e definidos com base nas teorias estudadas e discutidas. Deste modo, foi construído o desenvolvimento da pesquisa. As literaturas africanas, de forma geral, carregam as consequências da sociedade eurocêntrica e machista, por isso no início da expansão literária, a escrita passou por algumas fases até chegar à fase final, da literatura pós-independência, uma literatura nacional. Levando em consideração ainda a consequência machista, pois as mulheres, muitas vezes, não tinham a oportunidade de estudar igual aos homens, “a mulher ocupou sempre uma posição subordinada, sendo privada, na organização patriarcal” (GUERRA, 1995 *apud* PADILHA, 2004, p. 255). As mulheres eram excluídas (silenciadas), não tinham voz na sociedade, dessa forma, existiam poucas escritoras na literatura africana.

Guiné-Bissau foi um país que também teve a escrita introduzida na sociedade, “julga-se que povos sem escrita eram povos sem cultura” (BÂ, 2010, p. 167). Como os demais países africanos, as mulheres tiveram uma educação limitada ou diferenciada, por isso, poucas mulheres poderiam escrever. Na literatura guineense, de acordo com os contextos de cada fase, temos autores com influências eurocêntricas (cunho colonial) – antes de 1945: Maria Archer, Juvenal Cabral, Fausto Duarte, Fernando Pais Figueiredo, Fernanda de Castro, etc.; Poesia de combate – 1945-1970: Vasco Cabral, António Baticã Ferreira e Amílcar Cabral; Literatura poética – 1970-1980: Agnelo Regalla, António Soares Lopes (Tony Tcheca), José Carlos Schwarz, Hélder Proença, Félix Siga, Francisco Conduto de Pina, Pascoal D’Artagnan Aurigemma; Poesia Intimista – década de 90: Helder Proença, Tony Tcheca, Félix Siga, Carlos Vieira, Jorge Cabral, Odete Semedo; Prosa: Domingas Samy, Abdulai Silá, Filinto Barros, Filomena Embaló, Carlos Edmilson Vieira, Waldir Araújo e Carlos Lopes etc. (COUTO; EMBALÓ, 2010).

Ressaltando aqui Maria Odete da Costa Soares Semedo, conhecida como Odete Semedo (Figura 1), nasceu em 7 de setembro de 1959, em Bissau, Guiné-Bissau. Na sua geração de escritores no país, é tida como uma importante poetisa, tendo destaque em 2003, quando recebeu o prêmio de “Personalidade Literária”.



Fig. 1 – Odete Semedo – Fonte: Moser (2017, s. p.)

É poetisa, professora, foi Presidente da Comissão Nacional – UNESCO; Diretora-Geral do Ensino da Guiné; Ministra da Saúde e Cultura (2004 a 2005); Ministra da Educação Nacional (1997 a 1999); Secretária-Geral e uma das fundadoras da Associação de Escritores da Guiné-Bissau (2013 a 2014). Na

atualidade é vice-presidente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e trabalhou no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (áreas de Educação e Formação). É preciso introduzir esta citação: “[...] sua jornada como escritora ganhou destaque quando fez parte da ‘Antologia de Literatura Francófona da África Ocidental’, editada em 1994”. Observamos a voz poética (EU lírico) nos versos a seguir, de “E ninguém podia crer”, que faz parte do livro *No fundo do canto* (2007):

E ninguém podia crer

Entre a dor que sinto
e o que pressinto
na alma da minha terra
que caminho trilhar?

Entre a dor que sinto
entre o ser e o estar
venceram a ganância
a violência
e o desespero
E nós?
não acredito
no que os meus olhos vêem (SEMEDO, 2007, p. 74)

Semedo escreve relatando alguns acontecimentos e fatos históricos ocorrido no país, levando em consideração o seu povo guineense. No poema “E ninguém podia crer”, considerando os trechos “entre a dor que sinto / entre o ser e o estar / venceram a ganância / a violência / e o desespero / E nós? / não acredito / no que os meus olhos vêem”, percebe-se que mesmo com a vitória da independência, a alegria de não ser mais uma colônia, o povo não estava comemorando ou reconstruindo o país, estava passando por um momento delicado, que “ninguém podia crer”, não dava para acreditar no que estava acontecendo. Esses versos retratam a angústia, a tristeza, o sofrimento e o desespero do povo passando pela guerra civil, que foi chamada de “Guerra dos onze meses”.

A “Guerra dos onze meses” aconteceu entre 07 de junho de 1998 e 07 de maio de 1999: “o conflito político e militar de sete de junho de 1998 foi uma violência, uma história de mortes de crianças, jovens, grávidas, adultos e idosos” (OLIVEIRA, 2020, p. 9). Semedo ainda define esse período como “Os Trezentos e Trinta e Três Dias e Trinta e Três Horas, período em que durou o conflito armado” (SILVA, 2010, p. 1),

sendo que “o fato histórico retratado no livro é um momento de conflito gerado pelas forças políticas de um país recém-independente com amarras no sistema autoritarista pós-colonial” (SILVA, 2010, p. 3).

Na obra *Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar I*, Odete Semedo revela o seu poder enquanto mulher, africana e próxima das suas raízes. Nos cinco textos (“Os dois amigos”; “A morte do filho do régulo Niala”; “Sonéá”; “Kunfentu – stória da boa nova”; “Kriston matchu”) fica clara a presença fiel da oratura (oralidade) transformada em literatura (texto escrito). O uso de termos das línguas bantu e do crioulo da Guiné-Bissau é uma marca presente, como podemos observar nos trechos a seguir: “*Nha bom garandi* bom dia” (SEMEDO, 2000, p. 118); “*Nha bom mininu*, bom dia!” (SEMEDO, 2000, p. 118); “Tem razão *nha bom garandi*, só *turbada* pode carregar tanto assim...” (SEMEDO, 2000, p. 121) e em “Mas... este não é Kriston de *nha kamará* Belanti?” (SEMEDO, 2000, p. 142).

Não é por acaso que a obra apresenta um glossário para apoiar quem não conhece essas línguas. Os nomes dos personagens, os nomes das práticas culturais e das regiões deixam clara as relações entre a autora e a sua cultura e tradição. Isso mostra que “o protagonismo negro precisa ser considerado desde as histórias que contamos, nas escolhas que fazemos” (SILVA, 2021, p. 22).

A mulher está sempre presente, ocupando o seu papel na sociedade. O exemplo é da Mankenku, que é uma “senhora de meia-idade, a quem o régulo confiara a sua barriga e as dos seus...” (SEMEDO, 2000, p. 33). É uma personagem que aparece nas histórias realizando atividades correspondentes à vida real do povo da Guiné-Bissau. Outra mulher bem diferente é Sonéá, que possui uma intimidade com os livros, tem carro e é importante na sua comunidade. Ela é referência e é procurada por todos na comunidade. Estes dois contrastes (de Sonéá e de Mankenku) nos levam a entender que Odete Semedo demonstra que a mulher guineense pode ser tudo o que ela quiser. A mulher guineense pode juntar o conhecimento tradicional e o conhecimento moderno/ocidental, daí a relevância de oferecer oportunidade para a mulher para que ela possa demonstrar o seu potencial, quebrando o mito de que a mulher é incapaz.

Semedo (1996), na poesia “Poemar”, apresenta o lado romântico, de carinho e de paixão. Afinal, a mulher guineense tem sentimentos, sabe amar, sabe se dar, tem prazer, mas também sabe lidar com a dor. Vejamos o poema:

Poemar é amar o mar
Poemar é revestir o ser
Com o próprio pensamento

É trazer à superfície
O subconsciente
É ser vidente
É ser viandante
É amar a dor
E dar calor
Ao frio da noite.
Poemar é dar prazer ao ser
É estar contente
Por poder amar
E poemar é amor
Poemar é amar
Quando ao luar
O mar e a mente se entrelaçam
Quando a dor e o calor se confundem...
Poemar é amor
É amar
É mar
E é dor também (SEMEDO, 2007, p. 27)

Sendo assim, a poesia é uma forma de expressão de sentimentos. A mulher tem atitudes e se permite, quando quer. Por outro lado, a educação da mulher e da sociedade guineense precisa se decolonizar. Hoje, a Guiné-Bissau e toda a África lusófona clamam por uma educação decolonial. O ensino na perspectiva decolonial significa construir outras pedagogias, além da hegemônica, pedagogias que se adequam à realidade dos povos subalternizados, ou seja, emancipar e valorizar os diferentes (SILVA, 2021; CA, TIMBANE e MANUEL, 2020, s. p.).

É importante apontar que “A tradição oral é uma modalidade de ordenação cultural” (AUGEL, 2000, p. 8), por isso, escrever em português poderia significar, pelo menos em parte, usar um veículo na segunda mão, empalidecer a riqueza da tradição, da história e obscurecer a sua própria identidade (AUGEL, 2000, p. 13).

Terminamos esta parte afirmando que a mulher guineense e do mundo precisa do seu espaço na arte literária. Isso passa pela inclusão da disciplina de literatura desde o ensino primário, passando pelo secundário, até ao superior. A cultura literária deve ser encorajada nas escolas, com a criação de bibliotecas públicas e em escolas, de forma que os cidadãos tenham acesso ao livro. Passa necessariamente pela inclusão da mulher no sistema educativo e pela priorização das zonas rurais. De acordo com os pesquisadores,

[...] cerca de 69% dos rapazes e 65% das raparigas na idade de frequentar a escola primária (7 a 12 anos) estão efetivamente a frequentar a escola, dos quais 84% no meio urbano e somente 57% no meio rural. Das crianças que estão a frequentar a 1ª classe nas zonas rurais, apenas 19% frequentam o pré-escolar. (MICS, 2010, *apud* FAZZIO, ZHAN, 2011, p. 14)

Então, a educação em massa e a valorização da literatura e da mulher deveriam ser incentivadas pela sociedade e pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão social presente na cultura a qual está sujeito o indivíduo é fator condicionante para a construção da sua identidade, e já agora um dos meios visíveis para se perceber essa influência é o recurso ao uso da memória. Esta funciona como repositório de todo passado histórico social e cultural que sustenta as bases de formação histórica de um povo em uma determinada comunidade, seja em nível linguístico ou cultural (SANTOS, TIMBANE, 2017, p. 75).

As obras de Odete Semedo são fundamentais para a implementação da Lei 10.639/2003 em vigor no Brasil, porque a busca pelo saber e pelas tradições africanas pode ser identificado nas obras dessa autora. Buscar Odete Semedo é buscar as raízes africanas que estão dentro do Brasil e que devem ser preservadas porque carregam a identidade brasileira. Em todas as obras, nota-se a preocupação da Semedo para escancarar a identidade guineense e trazer à tona as práticas tradicionais. Na obra de Semedo, observa-se o que Silva (2021) designa por “literatura e representatividade”. O leitor encontra com facilidade personagens com comportamentos próprios do povo da Guiné-Bissau.

A valorização da literatura feminista é fundamental, porque, como percebemos nesta pesquisa, há poucas mulheres sendo publicadas. A sociedade precisa incentivar a literatura feminina, oferecendo condições para que tenhamos mais escritoras. Ao trazer esta literatura feminina em sala de aula, estamos contribuindo para essa quebra de paradigmas que partem da premissa de que escritores do gênero masculino são melhores.

REFERÊNCIAS

- AFIGBO, Adiele Eberechukuwu. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 567-589.
- AUGEL, Moema Parente. Prefácio. In: SEMEDO, Odete Costa. *Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar I*. Bissau: Inep, 2000, p. 7-17.
- BÂ, A. Hampatê. A tradição viva. In: KIZERBO, Joseph (Ed.). *História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África*. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.
- BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 352-375.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 1-20.
- BRASIL. *Lei nº 10.639/2003*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.
- BRASIL. *Lei nº 11.645/2008*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- CA, Lourenço Ocuni. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). *ETD: Educ. Tem. Dig.*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 207-224, jul./dez. 2011.
- CA, Segunda; TIMBANE, Alexandre António; MANUEL, Israel Mawete Ngola. Práticas pedagógicas versáteis e decoloniais em Angola e na Guiné Bissau: reflexões sobre o ensino. *Revista CBTEcLE*. v. 1, n. 1, p. 298-316, 2020.
- COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, n. 20, 2010.
- FAZZIO, Illa; ZHAN, Zhaoguo. *Lacunas de conhecimento nas zonas rurais da Guiné-Bissau*. Trad. Vanda Medeiros. S. l.: Effective Intervention, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*, 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERREIRA, Manuel. Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 2, n. 3, p. 39-47, jun. 1980.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEYE, M'Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 128-166.

INTIPE, Bernardo Alexandre; TIMBANE, Alexandre António. O papel do kriol nas narrativas guineenses: aspectos sócio-históricos. *Revista Coralina*. Cidade de Goiás, v. 1, n. 2, p. 36-50, jul. 2019.

LARANJEIRA, José Luís Pires. *A poesia de Agostinho Neto como documento histórico: premonição da liderança, projecto de libertação nacional e organização do movimento popular, em 1945-1956*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. (Eds.). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 1-29.

MOSER, Magali. Maria Odete Semedo: Medo da cota é o medo das potencialidades das mulheres. In: *Catarinas: jornalismo com perspectiva de gênero*. Postado em 01/08/2017, 14:09. Disponível em: <https://catarinas.info/maria-odete-semedo-medo-da-cota-e-o-medo-das-potencialidades-das-mulheres/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Tensão entre escrita e oralidade no ensino-aprendizagem do português na etnia Balantabassa (tombali) da Guiné-Bissau. *Revista (Entre Parênteses)*, v. 1, n. 7, 2018.

OLIVEIRA, Adilson Victor. A infância perdida: conflito militar de 07 de junho de 1998 na Guiné-Bissau. *Revista África e Africanidades*, ano XIII, n. 34, mai. 2020.

PADILHA, Laura Cavalcante. Bordejando a margem (escrita feminina, cânone africano e encenação de diferenças). *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 253-266, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 51-72.

SANTOS, Ivonete da Silva; TIMBANE, Alexandre António. A memória social como repositório do pluralismo linguístico-cultural no contexto brasileiro. *Revista do GELNE*, Natal/RN, v. 19, Ed. Especial, p. 63-78, jul./dez. 2017.

SEMEDO, Odete. *Entre o ser e o amar*. Bissau: Inep, 1996.

SEMEDO, Odete. *Sonéa: histórias e passadas que ouvi contar I*. Bissau: Inep, 2000.

SEMEDO, Odete. *No fundo do canto*. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.

SILVA, Elen Karla Sousa da. *Literatura e representatividade: por uma abordagem antirracista do texto literário*. 2021. 55 f. Monografia (Teoria e Prática da Formação do Leitor) p – Unidade Universitária de Porto Alegre, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA, Monaliza Rios. A Guiné-Bissau no fundo do canto: o tempo/espaço pós-colonial de Odete Semedo. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, Albert Adu. A África ocidental. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Eds.). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 191-227.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, p. 22-50.

Submissão: 28 de fevereiro de 2022

Aceite: 04 de maio de 2022